

Ministério decide uso da tecnologia sem Constituinte

Daniel Herz

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foi o artífice da vitória de Sarney na votação do sistema de Governo – deu presidencialismo com 5 anos – onde a moda corrente foram concessões de rádio e tevê.

A ação de Magalhães começou no início do Governo Sarney, quando ele suspendeu 144 processos oriundos do Governo Figueiredo para concessões, afirmando que seriam casos suspeitos de favoritismo político. Em seguida, e por três anos, usando no Minicom a mesma equipe de técnicos herdada do regime militar, fez 524 concessões, 73 delas para a Bahia, sua terra e base política.

Em surdina, enquanto a Constituinte está funcionando, o Minicom vai regulamentando através de portarias e

decretos o uso de novas tecnologias, definindo o sistema de comunicação do ano 2.000. Ninguém participa do debate. As decisões, em linguagem técnica e quase cifrada, são publicadas no Diário Oficial da União. Enquanto isto, as grandes empresas de comunicação e as multinacionais da área de informática e eletrônica se preparam para atuar no mercado. As regras já são conhecidas por elas.

A Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação defende a revisão do atual controle das emissoras de rádio e tevê. E promete mobilização para durante a votação da legislação ordinária, após a Constituinte, última chance para enfrentar as distorções que identificou na política de comunicações. O Capítulo V da Constituição (“Da Comunicação”) ainda não tem data para ir a plenário.

